



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000  
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5  
E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



### EDITAL

**Carta – Convite nº 2016.04.26.01**

**Processo nº 2016.04.26.01**

**Data da emissão: 26/04/2016**

**Data da licitação: 05/05/2016 - Hora da licitação: 09:00h**

**Tipo da licitação: menor preço**

**Unidades Gestoras: Secretarias de Administração e Finanças e Obras e Serviços Públicos**

**Dotações Orçamentárias: nº. 0201 04 122 0003 2.002 – Secretaria de Administração e Finanças - 0601 04 122 0003 2.068 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos; Elemento de Despesas nº. 3.3.90.30.00**

**Regime de Execução: Indireta, empreitada por preço unitário.**

**Fonte de Recursos: Erário Municipal**

A Prefeitura Municipal de Capistrano, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que, na data e horário acima previstos, em sua sala à Praça Major José Estelita de Aguiar, s/n – Centro, Capistrano - Ceara, fará realizar licitação, na modalidade Carta – Convite, no tipo supracitado, para atendimento ao objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste edital de Carta - Convite, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, e suas alterações posteriores e leis especiais.

#### 1.0 DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a **Aquisição de Material de Expediente e Suprimentos de Informática, para suprir as necessidades das Secretarias de Administração e Finanças e de Obras e Serviços Públicos.**

1.2 - Integram esta Carta – Convite, independente de transcrição:

Anexo I – Relação dos Itens

Anexo II – Proposta de Preços Padronizada

Anexo III - Minuta de Contrato

Anexo IV- Modelo de Declaração

#### 2.0 DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Restrições de participação:

2.1.1 - Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, pôr força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.1.2 - Não poderá participar empresa com falência decretada;

2.1.3 - Não será admitida a participação de interessados sob forma de consórcio ou grupo de empresas;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000  
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5  
E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



2.1.4 - Quando um dos sócios representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

### 2.2 - Das condições de participação:

2.2.1 - Poderá participar do presente certame licitatório pessoa jurídica constituída como ME e/ou EPP, conforme estabelece o art. 48, I da LC nº.147/2014, devidamente cadastrada na prefeitura ou não cadastrada, que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento conforme art. 22, observada a necessária qualificação e Decisão 705/1994 Plenário do TCU;

2.2.2 – A manifestação de interesse deverá ser feita formalmente junto a Comissão de Licitação, não sendo admitida manifestação de interesse por fax, e-mail ou qualquer tipo de mídia eletrônica;

### **3.0 DA HABILITAÇÃO**

3.1 - Com base no Parágrafo 1º do Art. 32 da Lei Nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, exigirão para os interessados se habilitarem neste CONVITE apenas a documentação que segue abaixo:

#### **3.1.1 PARA OS CONVIDADOS:**

3.1.1.1 - CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pela PMC;

3.1.1.2 – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

3.1.1.3 – Certidão Conjunta Negativa de Débitos, referente à Quitação de Tributos e Contribuições Federais, a qual abrange inclusive, as Contribuições Sociais previstas na Lei Federal Nº 8212/1991, conforme Portaria MF Nº 358 de 5 de Setembro de 2014, ou equivalente, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;

3.1.1.4 - Declaração conforme modelo do anexo I;

3.1.1.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### **3.1.2 PARA OS INTERESSADOS:**

3.1.1.1 - CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pela PMC;

3.1.2.2 - **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE**, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal;

3.1.2.3 - **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS**, referente à Quitação de Tributos e Contribuições Federais, a qual abrange inclusive, as Contribuições Sociais previstas na Lei Federal Nº 8212/1991, conforme Portaria MF Nº 358 de 5 de Setembro de 2014, ou equivalente, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



- 3.1.2.4 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 3.1.2.5 - Documentos de identificação dos sócios e representante legal da empresa;
- 3.1.2.6 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
- 3.1.2.7 - Declaração conforme modelo do anexo I;
- 3.1.2.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 3.1.2.9 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3.1.2.10 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 3.1.2.11 - Certidão Negativa de Débitos Estaduais, ou Equivalente, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Sede do Licitante;
- 3.1.2.12 - Certidão Negativa de Tributos Municipais expedida pelo Município em que estiver situada a sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 3.1.2.13 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado de fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado de comprovação fiscal (notas fiscais);
- 3.1.2.13.1 - O atestado solicitado no item acima deverá ter firma reconhecida;
- 3.1.2.14 - Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Capistrano, CE, emitida pelo setor municipal de tributos até 24 horas antes do certame.
- 3.2. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo de validade em vigor na data marcada para o recebimento dos envelopes e deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou servidor.
- 3.2.1 - Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela Internet, o Presidente da Comissão poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta via Internet.
- 3.2.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta tenha alguma restrição.
- 3.2.3 - Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Comissão Permanente de Licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO**

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000  
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5  
E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme exigência da Lei Complementar nº 147/2014, art. 43, inciso I.

3.2.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.2.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Comissão Permanente de Licitação convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do Contrato.

3.3 - Os documentos acima referidos deverão estar dentro do prazo de validade e serem entregues em envelopes lacrado, distinto do da proposta, no seu frontispício os seguintes dizeres:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO  
CARTA CONVITE Nº 2016.04.26.01  
ENVELOPE “A” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
NOME DO PROPONENTE**

### **4.0 DA PROPOSTA DE PREÇO**

4.1 - O prazo de validade da Proposta de preços, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.2 - O preço unitário e total deverá ser cotado em moeda corrente nacional, expresso em algarismo, sendo que o preço total deverá ser expresso também por extenso. Em caso de divergência entre valores, prevalecerá aquele indicado pôr extenso.

4.3 - É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado, que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece o Estatuto da Licitação Pública.

4.4 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

4.5 - Não serão admitidos preços ofertados a nível simbólico, irrisório ou igual ao valor zero.

4.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, ou ainda, apresentem preços manifestamente inexecutáveis.

4.7 - A proposta de preços deverá ser entregue à CPL assinada pelo representante legal e rubricada em todos os papéis componentes da mesma, em envelope fechado e lacrado, o qual conterà as seguintes indicações:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO  
CARTA – CONVITE Nº 2016.04.26.01  
ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS  
NOME DO PROPONENTE:**

### **5.0 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1 - A presente licitação será julgada pelo critério, do menor preço unitário, conforme inciso I, § 1º, do art. 45 da Lei de Licitações.

### **6.0 - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000

CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5

E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



6.1 - A presente Licitação na modalidade Carta – Convite, será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2 - Após a entrega dos envelopes pelos licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos ou supressões ou esclarecimento sobre o conteúdo dos mesmos.

6.3 - Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela Comissão deste Município, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

6.4 - É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveria constar originariamente da proposta.

6.5 - Será lavrada ata circunstanciada durante todo o transcorrer do processo licitatório, que será assinada pela Comissão de Licitação e os licitantes presentes, conforme dispõe § 1º do art. 43 da Lei de Licitações.

6.6 - O recebimento dos envelopes contendo os documentos de habilitação, e a proposta de preço será realizado simultaneamente no dia, hora e local previstos neste Edital.

6.7 - Recebidos os envelopes "A" DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, "B" "PROPOSTA DE PREÇOS", proceder-se-á a abertura e a análise dos envelopes referentes à documentação.

6.8 - Em seguida será dada vista dos documentos aos licitantes para que rubriquem e procedam se quiserem, ao exame e se utilizem das faculdades outras previstas na Lei.

6.9 - Divulgado o resultado da habilitação, a Comissão, após obedecer ao disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei de Licitações, fará a devolução aos inabilitados, dos seus envelopes - proposta de preços lacrados.

6.10 - Abertura das propostas de preços das licitantes habilitadas que serão examinadas pela Comissão e licitantes presentes.

6.11- Divulgação do resultado do julgamento da proposta de preços e observância ao prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93.

6.12 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

### 7.0 DA ADJUDICAÇÃO

7.1 - A adjudicação da presente licitação ao licitante vencedor de cada item, será efetivada mediante termo circunstanciado, obedecida a ordem classificatória, após ultrapassado o prazo recursal.

### 8.0 DO CONTRATO

8.1 - Será celebrado instrumento de Contrato, conforme minuta anexa ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de convocação encaminhada à licitante vencedora.

8.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o "Termo de Contrato" no prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000  
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5  
E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



8.3 - Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seu anexo, bem como os demais elementos concernentes à licitação, que serviram de base ao processo licitatório.

8.4 - O prazo de convocação a que se refere o subitem 8.1, poderá ter uma única prorrogação com o mesmo prazo, quando solicitado pela licitante, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o "Termo de Contrato" no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93.

### 9.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Entregar o objeto contratual de conformidade com as condições e prazos estabelecidos na Carta Convite nº 2016.04.26.01, no termo contratual e na proposta contratada;

9.2 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;

9.4 - Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual;

9.5 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores

### 10.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.2 - Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.

10.3 - Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

10.4 - Providenciar os pagamentos à CONTRATADA, à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, pelo Setor competente.

### 11.0 DA DURAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### 12.0 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000  
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5  
E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



12.1 - Qualquer reajuste somente poderá ocorrer nos termos dos Art. 2º e 3º da Lei Nº 10.192/2001 (que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica) respeitando a recomposição de preços nos moldes que dispõe o inciso XIV do Art.40 e inciso II, letra “d” do Art. 65 da lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

### 13.0 DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado através de cheque nominal ou transferência bancária, até 30 (trinta) dias após recebimento do objeto, mediante a apresentação de recibo e das respectivas notas fiscais.

### 14.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, as seguintes sanções:

14.1.1- advertência;

14.1.2 - multa:

a) De 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor a ser pago mensalmente à Contratada, pelo atraso injustificado na execução do objeto contratual;

b) De 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do Contrato pela inexecução total ou parcial do objeto contratual.

c) Os valores das multas referidas neste item serão descontados “*ex-officio*” da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Prefeitura Municipal de Capistrano, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

14.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pôr prazo não superior a 02 anos.

14.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de, no mínimo, 2 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação.

### 15.0 DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

15.2 - Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

### 16.0 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1 - Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações.

16.2 - Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente dirigida à Prefeitura Municipal.

16.3 - Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal de Capistrano e encaminhados à Comissão de Licitação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPISTRANO

Praça Major José Estelita de Aguiar s/n – Centro – 62748-000  
CNPJ 07.063.589/0001-16 CGF 06.920.212-5  
E-MAIL: pmccapis@ig.com.br



### 17.0 DA FONTE DE RECURSO E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

17.1 - As despesas deste contrato correrão por conta das Secretarias de Administração e Finanças e Obras e Serviços Públicos, estando nas Dotações Orçamentárias nº. 0201 04 122 0003 2.002 – Secretaria de Administração e Finanças, 0601 04 122 0003 2.068 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos; Elemento de Despesas nº. 3.3.90.30.00, com recursos próprios do Município.

### 18.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – A presente licitação poderá ser anulada em qualquer tempo, desde que seja constatada ilegalidade no processo e/ou no seu julgamento, ou revogada pôr conveniência da Administração, pôr decisão fundamentada, em que fique evidenciada a notória relevância de interesse do Município, sem que caiba aos licitantes qualquer indenização.

18.2 – É vedado ao servidor dos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Capistrano, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal de Capistrano, participar como licitante, direta ou indiretamente pôr si, pôr interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

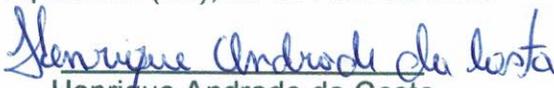
18.3 – A homologação da presente Licitação será feita pela autoridade competente, conforme dispõe o artigo 43, inciso VI, da Lei nº 8.666 de junho de 1993.

18.4 – A CPL poderá conceder tolerância de até 15 (quinze) minutos de atraso após a hora marcada para o início da licitação.

18.5 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas com relação a este Edital e seu anexo serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

18.6 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca de Capistrano, Estado do Ceará, excluído qualquer outro.

Capistrano (Ce), 26 de Abril de 2016

  
Henrique Andrade da Costa  
Presidente da Comissão de Licitação